

NOVO ENSINO MÉDIO: IMPACTOS DA BNCC E DO PNLD 2021 SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA

ANA SUÉLEN SILVA OLIVEIRA

Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, anasuelen.network@gmail.com;

BRUNA MIKAELLY FERNANDES TEIXEIRA

Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bruna.mikaelly@estudante.ufcg.edu.br ;

MYLENA VICENTE DA SILVA

Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, mylena.vicente@estudante.ufcg.edu.br ;

*Integrantes do Projeto de Extensão Curricular: Lugar de Currículo é na Escola – UFCG/CDSA, Coordenado por Lena Carvalho; Luciana Walter

RESUMO

A Reforma do Ensino Médio tem gerado debates desde a sua implementação com a Lei nº 13.415/2017 instituída no Governo do Presidente Michel Temer. O que provocou diversas mudanças na grade curricular, dentre elas, a obrigatoriedade de apenas algumas disciplinas, o aumento da carga horária e a substituição de livros didáticos de cada componente curricular por de áreas de conhecimento, formada por itinerários formativos. Nesse sentido, o presente artigo busca evidenciar as mudanças decorrentes e quais os impactos no ensino de sociologia. Através dos documentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2021. Ademais, parte do pressuposto de uma lógica de fazer o discente sentir-se responsabilizado pelo sucesso ou fracasso do seu futuro e as mensagens subliminares de um currículo voltado para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: PNLD; Sociologia; BNCC; Ensino Médio

INTRODUÇÃO

Para compreender como os professores realizam as escolhas dos livros didáticos, é necessário refletir se existe a autonomia do docente diante do currículo. Ao investigar a relação entre as práticas de professores de sociologia do ensino médio em Pernambuco e os currículos oficiais, Galdino (2017) partiu da elaboração teórica de Contreras:

Teoricamente pode-se pensar na existência de três modelos da autonomia dos professores. No qual, o especialista técnico representa o currículo tradicional, em que o docente tem pouca liberdade para expressar seu pensamento, uma vez que, seu conhecimento é baseado na perspectiva da reprodução. O professor como profissional reflexivo vai além do currículo, utilizando-se de sua criatividade para englobar o contexto. Já o professor como intelectual crítico, é o professor que tem a capacidade de transformar a realidade através de seus ensinamentos. (CONTRERAS, 2002, apud GALDINO, 2017, p.23).

Para entender os currículos colocados em prática na realidade, Galdino (ibidem) analisou as falas e práticas de três docentes da Rede Estadual de Pernambuco. Levando em consideração três aspectos fundamentais: o tipo de formação do professor, o quanto de autonomia se tinha com o currículo e a gestão do currículo. A partir desse estudo, é possível entender por onde esses profissionais orientam suas aulas.

O primeiro professor tem formação em Ciências Sociais e possui autonomia crítica, fator perceptível, quando o docente consegue escolher temas que apresentam-se nos livros apenas de forma superficial. Ele realiza a escolha do material didático ao fazer uso também de um livro que não foi escolhido no PNLD, justificando que o livro “Introdução a Sociologia” de Pérsio Santos contém conceitos importantes para serem trabalhados. E dispõe em seu repertório de referenciais teóricos, conhecimentos sobre personagens essenciais da sociologia como Durkheim para explicar os conceitos. Além disso, o docente afirmou conhecer os documentos curriculares: LDB, OCNEM’s e PCPE; e desconhecer: DCNEM’s, PCN’s e PCN’s +. O professor também afirmou que fazia uso apenas dos parâmetros estaduais para seu planejamento, o que se fez contraditório, pois em algumas de suas falas ficaram visíveis as construções da OCNEM (BRASIL, 2006).

Contrapondo-se ao primeiro caso, os outros docentes detêm pouquíssima autonomia, pois não foram formados para lecionar sociologia. O segundo profissional tendo como base a licenciatura em História encara

a dependência didática, afirmando que não se baseia nos documentos curriculares e sim nos livros didáticos, em consequência de não enxergar-se capaz de ousar, justificando-se por não ser um sociólogo. As suas aulas são feitas de forma expositiva em conjunto com slides que são disponibilizados pela própria editora do livro. O professor disse ter conhecimento dos documentos curriculares: LDB, DCNEM's, PCPE e PCN's (porém nunca fez a leitura); Não tem conhecimento: PCN's + e OCNEM's.

Já o terceiro professor, dispõe em sua base de formação a graduação em Filosofia e apresenta precariedade em seu referencial teórico. Em uma das aulas ministradas de sociologia, o docente falou sobre Aristóteles, que é um teórico da filosofia e se orienta em um documento desatualizado, o OTM (PERNAMBUCO, 2012), acreditando se basear por outro documento que são os Parâmetros Curriculares do Estado de Pernambuco. O docente alega ter informações dos documentos curriculares: LDB, DCNEM's (Pouco conhecimento), PCN's e PCPE; e desconhecer: PCN's + e OCNEM's.

Esse tipo é muito comum de ser encontrado. Devido, principalmente, ao fato de que a imensa maior parte dos professores que lecionam Sociologia no Ensino Médio não possui formação adequada para exercer essa atividade, ficando assim extremamente dependentes, nem tanto das prescrições curriculares, mas sim dos livros didáticos, que são ao mesmo tempo o seu documento curricular e instrumento de formação (Sacristán, 2000 apud GALDINO, 2015, p. 118).

Cabe salientar que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) se constitui como uma política educacional que auxilia na qualidade dos materiais didáticos. É nesse sentido que as editoras devem atender aos critérios estabelecidos pelo programa, para que esse importante recurso possa contribuir no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.

Ademais, no que se refere a Reforma do Ensino Médio, esta, impactou diretamente no currículo escolar. Houve o aumento da carga horária mas em contrapartida as disciplinas mínimas no currículo foram reduzidas, pois apenas Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa são obrigatórias. Essas mudanças também afetaram a escolha dos materiais didáticos que não estão mais relacionados a disciplinas e sim a itinerários formativos.

O artigo propõe identificar os principais impactos do ensino de sociologia à luz da BNCC. Apresentando problemáticas como: a lógica de fazer

o discente sentir-se responsabilizado pelo sucesso ou fracasso do seu futuro e as mensagens subliminares de dominação e alienação impostas por uma estrutura capitalista na lógica do trabalho. Fazendo comparação entre os editais da PNLD 2018 e ao atual PNLD 2021 que foi ajustado à BNCC.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Reforma do Ensino Médio foi proposta em 2013, ainda na gestão de Dilma Rousseff, com o Projeto de Lei 6.840/2013, da autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Naquela proposta já estava presente a ideia de aproximar as escolas regulares de uma preparação para o mercado de trabalho contemporâneo (SILVA & BOUTIN, 2018). Apesar de ter dado início a debates acirrados, o projeto de 2013 trazia mudanças menos bruscas do que de fato ocorreu, pois, embora sublinhasse a valorização da interdisciplinaridade e da transversalidade, reafirmava o lugar das disciplinas no currículo, inclusive a obrigatoriedade da sociologia e da filosofia.

Os debates foram abruptamente interrompidos quando o Novo Ensino Médio foi imposto pela Medida provisória 746, pelo então presidente Michel Temer, em 2016. Com tal medida, a organização curricular por disciplinas foi substituída pelo ensino de áreas do conhecimento e foram previstos cinco itinerários formativos a serem ofertados pelas instituições de ensino: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional. Na exposição de motivos da MP, assinada pelo então ministro da educação, Mendonça Filho (DEM-PE), apresenta-se o argumento de que a diversificação de 20% do currículo, prevista desde 1998, não era cumprida porque “a legislação vigente obriga o aluno a cursar treze disciplinas”, resultando em um currículo descrito como “extenso, superficial e fragmentado, que não dialoga com a juventude, com o setor produtivo, tampouco com as demandas do século XXI” (BRASIL 2016, s/p).

Inicialmente, a intenção anunciada foi de tornar opcional o ensino das já referidas disciplinas no ensino médio. Após muita controvérsia, a lei 13.415/2017, que substituiu a MP, determinou que segundo o Art.36, a Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: I - linguagens e suas

tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas. No que se refere à disciplina de Sociologia, essa, juntamente com as disciplinas de Educação Física, Arte e Filosofia, são mencionadas apenas como estudos e práticas. Logo, as únicas disciplinas obrigatórias no currículo serão Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa. Considerando a carga horária que atualmente se constitui em 800 horas mínimas e passarão a ter 1400 horas anuais nota-se que os alunos ficarão mais tempo no ambiente escolar, mas em contrapartida, o número de disciplinas mínimas no currículo será reduzido.

A justificativa oferecida é que essas novas mudanças no currículo visam uma construção do Projeto de Vida do aluno, considerando aspectos físicos, cognitivos e emocionais. Além de uma educação em tempo integral, uma grade curricular mais flexível e atrativa para os alunos do ensino médio (BRASIL, 2017, s/p). Nesse sentido, é cabível salientar que os debates acerca da qualidade do ensino público e a necessidade de haver uma reforma já se perpetua ao longo dos anos. Um dos motivos seriam os baixos índices de aprendizagem e a evasão escolar. Posto que, o panorama brasileiro de desigualdade educacional, se promove a partir de problemas estruturais e de precarização existentes na maioria das escolas.

Todavia, o que se percebe é que, a Reforma do Ensino Médio não considera esses aspectos importantes para se pensar sobre as novas mudanças. Prevalendo um discurso de valorização do ensino técnico, no qual o aluno será inserido no mercado de trabalho logo após a sua conclusão do ensino médio. Essa perspectiva leva a uma seletividade sobre quem pode escolher ingressar no ensino superior e quem é estimulado a optar por um caminho mais imediato. Já que, nas famílias em situação de vulnerabilidade econômica, muitos jovens se veem na obrigação e sobretudo, a necessidade, de contribuírem nas despesas da casa. No que se refere à justificativa de evitar a evasão escolar, a ampliação de carga horária mínima é contraditória, pois inviabiliza a situação já delicada dos estudantes que trabalham. Além disso, a exclusão de disciplinas da grade curricular promove uma desvalorização do trabalho docente especializado e impossibilita a construção de um pensamento crítico e reflexivo dos alunos. Visto que, Sociologia e Filosofia são disciplinas cognitivas que contribuem para um olhar questionador sobre a sociedade, não considerando apenas a relação escola - mercado de trabalho. Sobre essa perspectiva Laval (2019) salienta que

Os objetivos que se podem dizer “clássicos” de emancipação política e de expansão pessoal que estavam fixados para a instituição escolar, são substituídos pelos imperativos prioritários de eficácia produtiva e de inserção profissional. Assiste-se, no plano da escola, à transmutação progressiva de todos os valores em um único valor económico (LAVAL, 2019, p. XIX).

Logo, a escola passa a ser vista com a ideia de competitividade e individualização, no qual o aluno deve “aprender a aprender” para que tenha sucesso profissionalmente. É nessa lógica de adequar a escola a um mero instrumento econômico que Caimi (2018) destaca

A lógica mercadológica e economicista que avança sobre o cenário educacional vem se apropriando do sentido do conceito de qualidade em educação, impondo uma perspectiva gerencial movida sob os argumentos dos empresários educacionais. Tendo em vista o acelerado crescimento da lógica gerencial sobre a educação manifestada, por exemplo, na Reforma do Ensino Médio e na configuração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), receia-se que o PNLD seja apropriado, para além dos oligopólios já estabelecidos pelas grandes editoras, como espaço de reprodução do capital pelos sistemas estruturados de ensino e suas “soluções educacionais” (CAIMI, 2018, p.38)

Especificamente sobre a Reforma do Ensino Médio, Oliveira et al. (2018) realizou uma pesquisa com professores da educação básica, com formação inicial em Ciências Sociais e Filosofia. No que tange a pesquisa, os professores relataram o problema estrutural que percorre a educação pública e sobretudo a falta de infraestrutura nas escolas. Além disso, retoma fatos já mencionados nesse artigo sobre a seletividade de quem ingressa no ensino superior e a importância de disciplinas para o pensamento crítico do estudante. Salientando ainda que o aumento da carga horária não seria a solução adequada. Considerando que Língua Portuguesa e Matemática sempre estiveram presentes desde o início nas séries iniciais e mesmo assim os alunos adentram o Ensino Médio com déficit nessas disciplinas. Oliveira et al. (2018) ainda ressaltam que

Ao que parece, para além das preocupações específicas com relação às disciplinas que lecionam, para estes professores a preocupação maior é sobre os impactos desta Reforma em termos de aprofundamento das desigualdades educacionais. Em todo o caso, a perda de espaço da

Sociologia do currículo escolar, assim como de outras disciplinas, representaria a perda de um espaço de reflexão crítica na formação dos jovens do ensino médio, o que se coloca como uma questão (OLIVEIRA et al. pág. 257).

Dentre os impactos ao PNLD 2021 com relação a Reforma do Ensino Médio, podemos salientar a exclusão dos livros didáticos destinados a cada disciplina, que serão substituídos por 5 objetos, dentre eles os Projetos Integradores e de Projeto de vida. Além disso, ocorre uma mudança também no processo avaliativo das obras, que antes era destinada a um corpo docente de universidades. Essa alteração confere prejuízo ao processo avaliativo, na medida em que destitui o papel da universidade pública, cuja competência na produção intelectual de caráter teórico-metodológico e na formação de professores é amplamente reconhecida (CAIMI, 2018, pág.29).

3. O PNLD 2021

Sobre as mudanças que ocorreram no PNLD 2021 e suas consequências para o ensino de sociologia, é importante compreender primeiramente em que consiste sua proposta, e, sobretudo, sua importância na relação de ensino aprendizagem.

De acordo com o portal do Ministério da Educação (MEC), o PNLD é voltado para avaliação e distribuição gratuita do material didático para as escolas públicas brasileiras. Sua primeira versão surgiu em 1937, mas foi sendo modificada ao longo do tempo; hoje atendendo mais de 32 milhões de alunos beneficiados em 2020 (BRASIL. s/d). O órgão do Estado que corrobora para sua operacionalização é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que tem como uma das principais tarefas a distribuição dos livros didáticos juntamente com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) (BRASIL. s/d).

A partir do Decreto nº 9.099, de 18 de Julho de 2017, como consta, ainda, no portal do MEC, também deverão ser incluídos nos materiais de apoio, “além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação destinados à gestão escolar, entre outros”.

Das ferramentas pedagógicas que já se utilizam em sala de aula, sem dúvidas, o livro didático vem se mostrando de extrema importância desde o início do PNLD. O papel desta ferramenta é auxiliar o professor em sala de aula, ao passo que não restringe sua autonomia, mas lhe garante um

acervo prático para pesquisas e planejamento de aulas. Por vezes, se mostrando indispensável no processo de ensino aprendizagem, considerando a problemática que nem todos os professores atuam em sua área de formação, o livro torna-se protagonista no planejamento das aulas. O quadro de professores que ministram outras disciplinas que não a de sua especialidade fica ainda mais preocupante com relação à disciplina de sociologia, onde somente cerca de 36,3% dos profissionais atendem a essa prerrogativa, como apresenta-se no Censo Escolar do INEP de 2020. Isso pode interferir no aprendizado do aluno que, por um lado, segundo ALVES (2017) tem o auxílio do livro na sua vida acadêmica, em especial em virtude do desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Por outro lado, a falta de um profissional qualificado para auxiliar na construção do conhecimento pode comprometer o aprendizado.

No que se refere a escolha do livro didático estaria alinhada ao Projeto Político Pedagógico das escolas, planejamento estratégico escolar e as linhas programáticas do professor em razão dos conteúdos e capacidades a serem desenvolvidas nas aulas. Estas, por sua vez, estariam alinhadas às especificidades e contextos dos alunos, pois, especialmente para os estudantes da rede pública de ensino, no qual o livro didático representa o primeiro contato com um livro e, portanto, com efeito, seu ofício capaz de “abrir os caminhos” da leitura. Para tanto, o PNLD orientaria nesta decisão disponibilizando um documento oficial em forma de guia com resenhas sobre as obras aprovadas

Segundo o Portal do MEC, a Coordenação Geral de Materiais Didáticos (COGEAM) é responsável pela avaliação e seleção das obras inscritas no Programa Nacional do Livro Didático, bem como pela elaboração do Guia dos Livros Didáticos, que possui o objetivo de auxiliar o professor na escolha do Livro (Portal do MEC\PNLD). É nesse momento que professores e o corpo diretivo da escola, devem analisar com calma os guias, para adequarem as obras no Projeto Político Pedagógico (PPP), da escola (ALVES, 2017)

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escolha de materiais didáticos que auxiliam o trabalho docente era realizada a cada três anos, todavia, com as novas mudanças a triagem passa a ser feita a cada quatro anos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Tendo em vista que o PNLD é responsável por

estabelecer “critérios que incidem também sobre os processos de produção e editoração –, assegurando as condições para que os estudantes da Educação Básica recebam livros cada vez mais qualificados.” (CAIMI, 2018, p. 23 apud SOUSA, 2020, p. 35).

Em relação ao PNLD 2018, 97 obras foram aprovadas, que se destinavam às 13 disciplinas do Ensino Médio. Dentre elas, apenas 5 obras correspondiam a disciplina de Sociologia. O processo avaliativo das obras sucedeu através de um corpo docente de diversas universidades, no qual, o Guia 2018 de apresentação menciona que

a obra didática, como mediador pedagógico, proporciona, ao lado de outros materiais pedagógicos e educativos, ambiente propício à busca pela formação cidadã, favorecendo que os estudantes possam estabelecer julgamentos, *tomar decisões e atuar criticamente frente às questões que se colocam para a sociedade, a ciência, a tecnologia, a cultura e a economia* (BRASIL, 2017, p.9 grifos nossos)

No que se refere a esse último momento, é possível perceber a importância de que todas as disciplinas estejam presentes no currículo. É nessa permanência, que o professor através do livro didático desenvolve subsídios para a reflexividade e o senso crítico do aluno. Nesse sentido, Sousa (2020) salienta que

podemos afirmar que o livro didático exerce uma ação direta na formação cultural dos jovens. É por meio dele que, em alguns casos, tem-se o primeiro contato com o universo da escrita e acesso a outras histórias e culturas. Embora seus conteúdos possam reafirmar ou reproduzir formas de dominação e de relações de poder, conforme a sua utilização e apropriação podem colaborar para a construção de um conhecimento crítico (SOUSA, 2020, p. 37).

O processo avaliativo do PNLD 2018- Sociologia foi realizado através de coordenadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Dentre os critérios estabelecidos estavam: assegurar a presença dos conteúdos das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política; respeitar o rigor teórico e conceitual; realizar a mediação didática; contribuir para a apreensão do conhecimento sociológico pelo estudante; garantir a autonomia do trabalho pedagógico do professor (BRASIL, 2017). Retomando Sousa (2020) em seu levantamento, 60,5% dos professores entrevistados afirmaram ter tido

contato com o PNLD antes da escolha do livro didático. Além disso, 70,4% utilizam o livro didático em sala de aula (SOUSA, 2020, pág. 78 e 80).

No que se refere ao documento da BNCC observou-se a indução do discente a ver-se como um empreendedor, ou seja, como alguém que é responsável pelas decisões sobre seu futuro. Dessa maneira, tirando de forma subliminar a culpabilização do governo, caso o aluno não consiga alcançar seus objetivos. Este documento proposto pelo MEC fala sobre a importância do empreendedorismo para os jovens:

proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade; (BRASIL, 2018, p. 466).

Soma-se a isso que, a BNCC menciona na área de ciências humanas e sociais aplicadas um assunto de extrema relevância social que é o trabalho, o qual tem variadas proporções englobando, por exemplo: a dominação e a alienação. O tema trabalho pode ser refletido por diferentes autores, como Max Weber que pensa na ideia de racionalidade capitalista. Brasil, (2018) Ter ciência sobre os impactos que o trabalho pode acarretar na vida das pessoas é essencial, tendo em vista que, o sistema capitalista influencia até mesmo a forma como a educação é ofertada. Ou seja, a escola está inserida na lógica do mercado de trabalho e nas relações das classes de trabalho (Libâneo, 2012).

Outro ponto importante apresentado para a reflexão no presente documento, é sobre as transformações provocadas pelo uso crescente das novas tecnologias no mercado de trabalho. O que promoveu o desemprego em variados setores de trabalho, aumentando assim as desigualdades entre as classes sociais BRASIL (2018). O papel da escola revela-se então na formação de cidadãos com ética, críticos, que tenham capacidade de atuar na sociedade de forma autônoma e que sejam partes integrantes da política. Ter a atuação da cidadania é muito importante para a luta contra as desigualdades sociais e a exclusão, só assim, é possível um indivíduo interferir na sua realidade de trabalho e transformá-la.

Dessarte, o processo de socialização secundária é fundamental para a formação do pensamento e identificação de um cidadão. Ensinar aos

jovens que existem ideais para além daqueles que eles já conhecem, lhes proporcionam o direito de escolher agir de forma diferente ou reafirma sua maneira de pensar. Direito esse que se encontram no documento da BNCC

As diferenças e semelhanças entre os indivíduos e as sociedades foram sedimentadas ao longo do tempo e em múltiplos espaços e circunstâncias. Procurar identificar essas diferenças e semelhanças tanto em seu grupo social (familiar, escolar, bairro, cidade, país, etnia, religião etc.) quanto em outros povos e sociedades constitui uma aprendizagem a ser garantida aos estudantes na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para além dessa identificação, o exercício de deslocamento para outros pontos de vista e o reconhecimento de diferentes demandas políticas é central para a formação das juventudes no Ensino Médio, na medida em que ajuda a superar posturas baseadas na reiteração das referências de seu próprio grupo para avaliar os demais. (Brasil, 2018, p. 566)

A partir da adequação à BNCC e portanto, ao Novo Ensino Médio, o edital do PNLD 2021 assumiu um formato diferente, que causou insegurança, entre os professores, confusos com as informações sobre os materiais a serem escolhidos para o uso a partir de 2022 (CARVALHO, 2021). O material didático foi dividido em cinco finalidades, identificadas da seguinte maneira: objeto 1) obras didáticas de projetos integradores e projeto de vida; objeto 2) obras didáticas por área do conhecimento e obras didáticas específicas; objeto 3) obras de formação continuada – professor gestor; objeto 4) recursos digitais e objeto 5) obras literárias.

Entendido o plano de fundo, o qual se referiria melhor como “grandes desventuras” em que a educação do país vem enfrentando, podemos entender as problematizações apresentadas conferidas no edital do PNLD 2021. O aumento da carga horária para 5 horas por dia e a flexibilização curricular são mudanças no novo currículo, feitas com a justificativa de um ensino focado no aluno e no seu “desenvolvimento integral” (BRASIL, 2021, s/p).

O objeto 1, que, ao se propor a inaugurar o Projeto de Vida, é pensado para ajudar o aluno em questões ligadas aos sentimentos: autoconhecimento; expansão e exploração do mundo; relações sociais e planejamento do futuro no âmbito pessoal e profissional. Dessa forma, parece uma boa temática para ser trabalhada com jovens por um profissional da psicologia, entretanto o objeto não especifica o profissional

mais adequado que possa ministrar, então não se pode garantir que seja abordado da melhor maneira com os alunos. É contraditório a justificativa do “Novo Ensino Médio” que seria o problema de haver disciplinas demais, incluir os projetos de vida (CARVALHO, 2021, s/p). As obras destinadas aos projetos integradores devem ser compostas por 6 projetos para cada área do conhecimento, todos acompanhados de videotutoriais, com temas voltados para Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática (STEAM), Protagonismo Juvenil, Mídiaeducação e Mediação de Conflitos. Trabalhados conforme às competências exigidas pela BNCC, o objetivo é desenvolver no estudante a criatividade, resolução de problemas e a cidadania, de maneira contextualizada e interdisciplinar.

Além disso, a velha desvalorização de certas áreas do conhecimento e o império generalista com conhecimentos superficiais, visto no objeto 2, que a divisão do material é feita de maneira interdisciplinar por áreas do conhecimento. Além de gerar confusão aos professores na hora de preparar as aulas, tende a promover o apagamento de algumas disciplinas como a sociologia, que quase não é citada no edital. Como sugerem os dados, a sociologia já tem a maioria dos professores sem formação na área. Logo, essa organização curricular por áreas do conhecimento pode comprometer o ensino, servindo de pretexto para a não contratação de profissionais com qualificação para cada disciplina, então, qualquer professor das ciências humanas poderia lecionar sociologia (CARVALHO, 2021, s/p).

Para aplicabilidade dessas mudanças curriculares, é proposto as obras de formação continuada, voltadas para professores e gestores no exercício da interdisciplinaridade. Ou seja, a atuação em sala de aula não será mais feita de maneira autônoma pelo professor

Portanto, para subsidiar os professores de todo país nesse novo contexto, é preciso considerar a formação continuada desses sujeitos em quatro dimensões distintas: 1.1.1. Conhecimento de si, do outro e do nós (miniprojeto de vida para os professores); 1.1.2. O saber disciplinar em xeque (problematização do isolamento disciplinar); 1.1.3. Área de conhecimento em foco (problematização da interdisciplinaridade); 1.1.4. Repensando a avaliação (mapeando de novos processos de avaliação). 1.2. As obras de Formação continuada para professores devem desenvolver as quatro dimensões supracitadas de forma concatenada ao longo da obra. (PNLD, 2021, pag. 89).

Acerca do objeto 4, que são os recursos digitais, uma das maiores mudanças é a possibilidade de oferta de até 20% da carga horária no regime à distância. Ainda não se sabe como será garantido o aprendizado dos alunos e o acesso aos recursos eletrônicos. Mais uma vez é importante considerar que isso pode ser mais um pretexto para não contratação de professores, já que o material digital fica a cargo das editoras. O objeto 5 será escolhido e entregue em 2022, é referente às obras literárias enviadas juntamente com videotutoriais de línguas portuguesa e inglesa destinados a alunos e professores, a proposta é desenvolver no aluno a interpretação e o gosto pela leitura (BRASIL, 2021).

Dessa forma, tanto o PNLD 2022 quanto as demais mudanças na educação que implicaram em sua nova adequação, simbolizam e materializam em um sentido programático, uma agenda governamental pautada em uma retomada no ensino tecnicista que tem como objetivo aumentar ainda mais a distância daqueles que podem ter acesso a uma educação em promoção das faculdades intelectuais e autonomia do sujeito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, é possível perceber que a perda da obrigatoriedade da disciplina de sociologia através das mudanças da BNCC, e posteriormente o novo formato interdisciplinar do PNLD, não garantem de forma clara nos itinerários formativos o aparecimento das três ciências: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Outro ponto a se destacar é sobre a desvalorização do trabalho docente, pois sabendo da realidade de muitas escolas, nas quais muitos professores lecionam outras disciplinas para complementar sua carga horária, com essas novas mudanças a tendência é que esses índices se elevem cada vez mais, o que prejudica a longo prazo a formação dos alunos. Nesse sentido, ignora um dos papéis essenciais da escola, a formação de cidadãos críticos e reflexivos na sociedade.

Além disso, essas mudanças instituídas prevalecem um modelo de educação a serviço do mercado de trabalho. Na medida em que usa como justificativa o excesso de disciplinas, adiciona os projetos integradores e projetos de vida, então ao que parece o problema está justamente no conflito de interesse entre disciplinas de cunho crítico, como a sociologia. Ademais, a educação se adentra por um caminho de educação tecnicista, na qual irá selecionar quem irá ingressar na educação superior. Sobre essas problemáticas, salientamos a importância de estudos dessas coleções didáticas, o conteúdo que está inserido nas mesmas e a serviço de quem ele é proposto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica**, 2020 : resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília : Inep, 2021. 70 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-aco-es-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas do Livro**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: apresentação** – guia de livros didáticos – ensino médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: Sociologia** – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Editais de Convocação PNLD 2021**. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13106-edital-pnld-2021> . Acesso em: 07 de outubro de 2021.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes**. Revista História Hoje, v. 7, n. 14, p. 21-40, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i14.465> . Acesso em: 07 de outubro de 2021.

CARVALHO, Lena C. Livros didáticos do Novo Ensino Médio: o choque do PNLD 2021. **Sententia**, 2021. Disponível em: <https://sententia.com.br/lena-costacarvalho/2021/livros-didaticos-novo-ensino-medio-pnld/>. Acesso em: 07 de outubro de 2021.

GALDINO, M. **O ensino de sociologia: entre o currículo prescrito e o real**. Tese (Mestre em Ciências Sociais) - Fundação Joaquim Nabuco. Recife, p. 131. 2015.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Amurabi; BINSFELD, Willian; TRINDADE, Tayná. **A Reforma do Ensino Médio e suas consequências: O que pensam os professores de sociologia**. Revista Espaço do Currículo, v. 11, n. 2, pág. 249-259, 2018.

SOUSA, Jacqueline Marinho de. **Contribuições do PNLD ao ensino de sociologia: análise dos guias de livros didáticos**. 2020.